

NOTAS E RECENSÕES

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS SOBRE AS CIDADES DO TERCEIRO MUNDO (III)

Ainda desta vez inicio a presente Nota com uma referência a trabalho recente de T. McGEE, «From 'Urban Involution' to proletarian transformation: new perspectives on the geography of development in the Third World», publicado em *Cahiers de Géographie du Québec*, 29 (77), 1985, p. 295-308. Depois de uma breve Introdução resumindo três fases ou etapas da evolução da Geografia do desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo — visto este como uma região preferida de estudos académicos, como os de DOBBY, GOUROU, JAMES e outros; a preocupação sobre os problemas do seu desenvolvimento, nomeadamente a partir de 1955; e a proliferação mais recente de estudos levados a cabo por geógrafos desse mundo —, o autor discute três problemas: a estreita definição de «proliferação» e as suas relações com teorias do sector laboral de transformação e os processos de urbanização; a formulação de um quadro conceptual mais amplo para a análise do processo de proletarianização; e a evolução de actividades não-proletárias. Uma tabela com valores estatísticos seleccionados de alguns mercados económicos da Ásia e uma figura com o esquema de processos de penetração e acumulação capitalistas, juntamente com bibliografia extensa e notas infrapaginais enriquecem ainda mais o artigo chelo de interesse e de pistas para a pesquisa de problemas relacionados com os processos do desenvolvimento em países do Terceiro Mundo.

Na conclusão geral, além da sugestão de os geógrafos terem de se empenhar em análises muito mais profundas dos processos que enformam a geografia de lugares particulares, recomenda os aconselhamentos de A. KOESTLER em «After thoughts», p. 228-229 de *Beyond Reductionism: New Perspectives in the Life Sciences*, Londres, 1969 (coordenação de A. KOESTLER e J. R. SMYTHES), na sua discussão sobre o desenvolvimento da Arte. Segundo esse autor, a criação artística tenderá a ficar estagnada, em períodos longos de «normalidade», o que produz dois tipos de reacções. O primeiro reveste o carácter de um encaminhamento para uma situação de *pointed emphasis* dominada por uma certa involução e concentração em maneirismos, tecnicismos e jargões. O segundo revela-se por uma

tendência para o que ele chama de parcimónia ou do subentendido, que é «uma inclinação do evidente para o oblíquo do implícito», em que os processos subjacentes deverão ser explorados, mesmo quando estão quase invisíveis a níveis de análise empírica. Nessa tarefa, a compreensão teórica torna-se um instrumento necessário para a investigação, e a *pointed emphasis* uma fuga ao desafio. Pois a Geografia do desenvolvimento, segundo T. McGEE, ganhará muito maior relevo se aceitar o desafio da exploração dos alicerces teóricos dos processos do desenvolvimento.

*

Na «Biblioteca de Ciências Sociais» do *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales* (CLACSO), sediado em Buenos Aires, saiu o volume *Ciudades y sistemas urbanos. Economía informal y desorden espacial*, 1984, 258 p., quadros e notas bibliográficas. O livro contém as comunicações apresentadas por diversos investigadores na terceira reunião do Grupo de Trabalho sobre a Urbanização na América (organizado em 1977), realizada em Tepoztlán, México, em Agosto de 1982, sob o tema geral de «O desenvolvimento estrutural e problemas sociais da cidade latino-americana». Os trabalhos, por um lado, debruçam-se sobre uma perspectiva intra-urbana, referindo-se à forma peculiar de crescimento das cidades latino-americanas, com os seus desajustamentos estruturais e sociais; aí aparece o conceito de «sector informal», através do qual se redefine a natureza da pobreza urbana dos países menos desenvolvidos. Por outro lado, com respeito à realidade interurbana, são apresentadas análises que actualizaram os conhecimentos sobre a evolução dos sistemas de cidades e renovado o debate acerca da urbanização dita periférica. Uma comparação do fenómeno de preminência ou primazia de uma cidade nos sistemas urbanos latino-americanos e nos países desenvolvidos permite a revisão de hipóteses geralmente apresentadas sobre essa matéria. Dos onze textos que constituem o volume, todos eles cuidadosamente elaborados, destaco «La economía internacional y la urbanización periférica», de JOHN WALTON (p. 9-25), e «El sector informal: definición, controversias, relaciones con el desarrollo nacional», de ALEJANDRO PORTES (p. 95-113), pelas tentativas sedutoras de novas generalizações acerca de assuntos de grande importância actual em todo o Terceiro Mundo. No primeiro, após uma Introdução, as matérias estão expostas em cinco alíneas: teoria da urbanização periférica; teoria e prática; efeitos da economia global; influências locais e nacionais; e luta de classes. Em conclusão o autor reafirma, como M. CASTELLS já fizera em «Multinational capital, national states, and local communities», *Research Monograph Series*, Tóquio, Universidade das Nações Unidas, 1980, p. 93, que o crescente povoamento urbano do Terceiro Mundo está claramente voltado para a construção e preservação de comunidades locais espacialmente definidas, o que sublinha aspectos como os de significado cultural das comunidades urbanas e da utilização de políticas estratégicas para se assegurar um lugar permanente na economia da cidade e na vida social. Em resumo, a ideia inobjectável da urbanização sob capitalismo periférico deverá

estender-se mais para além da ideia de dominação económica vinda do exterior. A cidade do Terceiro Mundo mostra uma mistura complexa de influências externas e de influências locais, que desafia as interpretações globais ou lineares. No fundo, é preciso ter em conta que as consequências dessas influências interactuantes envolvem pessoas organizadas em classes e comunidades. Tais organizações competem umas com as outras no terreno do Estado e de acordo com as regras de um jogo que se modifica continuamente. No segundo artigo, também depois de uma Introdução, os assuntos são tratados igualmente em quatro alíneas: o sector informal, refúgio, mercado de trabalho, ou de produção?; origens e componentes do sector informal; o papel do Estado; e internacionalização da economia informal. Certas teorias ortodoxas do desenvolvimento descrevem os mundos industrializados e em desenvolvimento como unidos basicamente pelo comércio, pelos fluxos de capital e pela tecnologia. Todavia, muita discussão há ainda a fazer sobre a matéria, como mostra o caso do conceito de sector informal, que introduz uma complexidade adicional. Ao comércio, ao capital e à tecnologia tem de se juntar o trabalho, como factor central que liga actualmente as economias avançadas às atrasadas. Há aqui toda uma redescoberta de princípios, para a qual a maioria dos investigadores tem utilizado a cidade como objecto de estudo, tanto em países ditos periféricos, como em países centrais. Aí se associam as actividades dos pequenos produtores e trabalhadores esporádicos com as de empresas manufactureiras modernas. Dilucidar as suas relações e redefinir conceitos tidos como definitivos, eis alguns dos problemas que se põem hoje.

*

Neste âmbito se deve colocar *Vivre et survivre dans les villes africaines*, Paris, P. U. F., 1982, 3130 p., figuras e quadros, livro preparado pelo Instituto do Desenvolvimento Económico e Social, da Universidade de Paris I, sob a direcção de ISABELLE DEBLÉ e PHILIPPE HUGON e com a colaboração de elevado número de investigadores. Os temas, aliciantes, andam em torno dos paradoxos da vida e sobrevivência das populações urbanas da África, o continente em que têm sido mais «explosivos» os processos de urbanização nos últimos trinta anos. As estatísticas das Nações Unidas davam à África, com exclusão da África do Sul, 40,8 milhões de população urbana em 1960, cerca de 66 milhões em 1970 e 110,4 milhões em 1980; corresponderam a tais valores crescimentos anuais que foram de 4,98 em 1960-1970, e de 5,22 em 1970-1980. Neste segundo período ele foi o maior do Globo, cuja média andou por 3,21, superior à média do conjunto das regiões em vias de desenvolvimento (4,56), e mesmo da América Latina (4,55) e da Ásia meridional (4,51). Merecedor de recensão desenvolvida, por ora apenas refiro os temas principais do livro e a sua arrumação. A evolução demográfica acelerada, ligada a um nível baixo de criação de emprego, conduziu à multiplicação de modos de produção e de consumo peculiares, abrangidos geralmente pela designação de «sector informal» ou «não estruturado». Contudo, a expressão é vaga, pouco diz sobre a complexidade de formas de vida, e de sobrevivência,

de milhões de agentes urbanos, inventores de novas relações sociais e que exercem actividades económicas multimodas nos espaços urbanos. Quer se trate de alimentação, de vestuário, de alojamento, de tarefas, ou de lazer, aí são encontradas respostas aos problemas do quotidiano que escapam às interpretações clássicas. A cada momento se inventam novos modos de existência e novas relações sociais, que são, eles próprios, outros pontos de interrogação.

Depois de uma pequena nota de abertura, a primeira parte do livro intitula-se «Le réel et l'invisible» que é, desde logo, um desafio à perspicácia do leitor para fundamentar a distinção entre os dois: o real e o invisível, na cidade africana. Dos três capítulos que a formam, os títulos são os seguintes: «Les bruits et les mouvements de la ville», de I. DEBLÉ, «Secteur souterrain ou réseaux apparents», de PH. HUGON, e «Contradition dans l'analyse ou dans la réalité?», de H. COING, H. LAMICO, C. MALDONADO e CH. MEUNIER. Assim decorrem até p. 62 uma apresentação e uma discussão dos principais aspectos que constituem o conteúdo do livro. Não faltam as referências a obras que já se tornaram clássicas, como alguns relatórios elaborados no âmbito das actividades do Clube de Roma — por exemplo, M. MESAROVIC, *Stratégie pour demain*, Paris, 1974, M. GUERNIER, *Tiers Monde: trois quart du monde*, Paris, 1980 —, da O. C. D. E. e de outras instituições, e de igual modo também são recordados alguns autores como F. BRAUDEL, em *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*, tomo I: *Structures du quotidien*, capítulo VIII, «Les Villes» (p. 421-496), tão estimulante, do qual não resisto a transcrever alguns pedaços: «La ville est césure, rupture, destin du monde. Quand elle surgit, porteuse de l'écriture, elle ouvre les portes de ce que nous appelons l'histoire. Quand elle renaît en Europe avec le XI^e siècle, l'ascension de l'étroit continent commence. Quelle fleurisse en Italie et c'est la Renaissance. Il en est ainsi depuis les cités, les *poleis* de la Grèce classique, depuis les *médinas* des conquêtes musulmanes jusqu'à nos jours. Tous les grands moments de la croissance s'expriment par une croissance urbaine». Mais adiante prossegue o mesmo autor: «toutes les villes du monde, à commencer par celles d'Occident, ont leurs faubourgs. Il n'y a pas d'arbre vigoureux sans rejets à son pied, pas de villes sans faubourgs. Ce sont les manifestations de sa vigueur, même s'il s'agit de misérables banlieues, de 'bidonvilles'. Mieux vaudrait les faubourgs lépreux que rien du tout». Esta referência a *bidonvilles* leva a recordar o livro de B. GRANOTIER, *La planète des bidonvilles. Perspectives de l'explosion urbaine dans le Tiers Monde*, Paris, 1980, de consulta indispensável em estudos sobre a matéria.

Mas aqui não se trata apenas de arredores urbanos. É toda a cidade: do centro e da periferia. Nas palavras de PH. HUGON, «le regard change selon le poste d'observation. Le *promeneur* photographiant les petits métiers des rues ne peut avoir la même image que celui qui 'survole' la ville à partir de photographies aériennes ou par télédétection. Le regard de l'*expert* qui filtre le réel pour le transformer ne peut être celui du *chercheur* qui veut connaître en profondeur, à travers sa grille d'analyse et sa 'boîte à outils théoriques', les structures sociales ou l'espace urbain»

(p. 26). O grupo que se encarregou da contribuição correspondente ao terceiro capítulo discute a noção de sector informal a partir da constatação de que as pequenas actividades económicas, de produção ou de serviço — *grosso modo*, a pequena produção mercantil — da economia urbana, não estão em vias de desaparecimento, como pretendiam muitas teorias; antes parecem uma componente durável do seu funcionamento nos países dependentes. A heterogeneidade que as caracteriza não é um fenómeno de transição, mas de estrutura; conduz à coexistência de duas formas de produção, uma classicamente capitalista, e a outra marcada pelo pequeno tamanho das unidades, pela fraca composição orgânica do capital, por uma tecnologia simples, etc. Alguns autores já concluíram que a melhor política económica seria a de dinamizar esse sector informal, mas conservando as suas características positivas, nomeadamente a sua forte capacidade de criação de empregos. Claro que esta visão não deixa de ter uma grande dose de optimismo e muita credulidade, que já têm sido objectos de críticas. Para acreditar no dinamismo do sector informal e no seu papel positivo no desenvolvimento, seria preciso esquecer dois factores importantes: o lugar essencial do desemprego estrutural no desenvolvimento e na reprodução do sector informal, e a articulação deste sector com o sector formal ou dominante da economia, que subordina o primeiro aos interesses do segundo. Estes dois factores combinados asseguram a reprodução do sector informal, porém sob uma forma continuamente estagnante ou regressiva. Como afirmou T. McGEE em «Peasants in the cities: a paradox, a most ingenious paradox», *Human organization*, vol. 32 (2), Washington, 1973, p. 135-142, pelo menos nos países da Ásia a sua forma habitual é mais de involução do que evolução. Dinamismo e involução, estas duas fórmulas representam dois pólos opostos, mesmo contraditórios. E tal verificação pode levar a opor duas linhas de análise: a que insiste no desemprego e no papel do sector informal na sobrevivência do excedente de mão-de-obra, e a que põe o acento na utilização do sector informal pelo pólo dominante da economia, e na funcionalidade ao serviço da acumulação. Na conciliação destas linhas está a problemática em torno da qual muito se tem discutido.

A segunda parte do livro tem como título geral «De Pikine à Médina: un fil d'Ariane pour un labyrinthe» (p. 63-159) e preenchem-na estudos de casos, em duas alíneas principais: «A Dakar centre... et à Dakar banlieue — éclairages divers pour une même réalité», e «D'Abidjan à Yaoundé — cités dissemblables, résultats similaires, une perplexité accrue». A primeira tem quatro capítulos, como segue: I. «Survie et dépendance des petits producteurs urbains à Dakar»; II. «Les réseaux commerciaux des artisans colporteurs sénégalais»; III. «La modernité réinterprétée par la tradition»; e IV. «Les petits entrepreneurs de Dakar». A segunda alínea engloba seis capítulos, respectivamente, I. «A la recherche de données: enquêtes au Cameroun, le cas des menuisiers»; II. «Menuisiers et garagistes, tailleurs et petits vendeurs de marché à Abidjan et Yaoundé»; III. «L'artisanat, un moribond qui se porte bien à Accra et à Yaoundé»; IV. «L'attraction des capitales: le cas d'Abidjan»; V. «Réparation et récupération à Bamako»; e VI. «Commercer et négocier

en Tunisie». A terceira parte, mais analítica, estuda em que é que os pequenos produtores estão em situações marginais ou na parte central dos sistemas urbanos, económicos e sociais (p. 161-217), isto é, como saber se a proliferação de pequenas actividades mercantis nas cidades do Terceiro Mundo se explica pelo papel positivo que desempenham os pequenos produtores *vis-à-vis* do sistema dominante ou, pelo contrário, pela impossibilidade de este os integrar. Dividida também em cinco capítulos, agrupados sob o título geral de «Les petits producteurs: aux marges ou au coeur des systèmes», os seus enunciados são os seguintes: I. «De 'la petite production marchande' à l'économie mercantile»; II. «Allocation de la force de travail et excédant relatif des travailleurs»; III. «La sous-traitance: complémentarité ou subordination du secteur informel»; IV. «La petite production marchande: base d'un développement endogène?»; e V. «Le neveu et l'apprenti». A quarta e última parte, expressivamente intitulada «Défrichage et déchiffrage: éléments pour une controverse» metodológica, tem também cinco capítulos: I. «Méthodologie des enquêtes sur le secteur non structuré en Tunisie»; II. «Recherches méthodologiques sur le secteur informel à Abidjan et à Yaoundé»; III. «L'empire de l'empirisme»; IV. «Réponse de Philippe Hugon à Alain Morice»; e V. «Réponse de Jean-Pierre Lachaud à Alain Morice». E, por fim, o livro encerra com uma extensa bibliografia (p. 297-310). Aquelas duas respostas contêm, juntamente com a contribuição «império do empirismo» (A. MORICE), as partes mais polémicas do volume, que devem ser lidas cuidadosamente, pois merecem bem referências relativamente extensas. Por ora, apenas quis sublinhar o elevado interesse do livro, sobretudo para aqueles que tenham gosto pelos problemas da «informalidade» de um sector de actividades económicas, e não só, urbanas.

De ALAIN MORICE é justo recordar desde já «Commerce parallèle et troc à Luanda», contribuição publicada em *Politiques urbaines*, vol. 17 da série *Politique Africaine*, Paris, 1985, p. 10-120, e que é o único testemunho de carácter científico, pelo menos do meu conhecimento, publicado sobre o sector informal da capital de Angola após a independência do país. Do mesmo volume ainda fazem parte outros textos que versam matérias sobre as diferentes faces do planeamento urbano (G. MASSIAH e J.-F. TRIBILLON), os vinte e cinco anos de política urbana em Abidjan (PH. HAERINGER), a questão do modelo de transportes colectivos para as cidades africanas (X. GODARD), o Banco Mundial e as políticas urbanas nacionais (A. OSMONT), o poder e a sociedade urbana na África Oriental (R. STREN), a operação *Nguvu Kazi* em Dar-es-Salaam, ardor no trabalho e controlo do espaço urbano (K. MITI), a história social, vida política e urbanização na Libéria (Y. MARGUERAT), etc. ALAIN MORICE começa o seu artigo por declarar que «dez anos após a partida dos colonizadores, a situação económica angolana, quer seja no plano financeiro, quer seja nos planos produtivo e comercial, não é boa. Paralelamente ao sector nacional, sujeito a toda uma série de bloqueamentos, instalou-se *de facto*,

depois da independência, um sector não controlado no qual os jogos económicos, sociais e políticos são consideráveis» (p. 105). Antes de fazer uma descrição sumária dessas questões, referencia os principais elementos de explicação e não deixa de chamar a atenção para o facto de os assuntos não poderem ser vistos linearmente, dadas as suas complexidades próprias e relações multiformes. Na sua opinião, tais elementos são os seguintes: «o estado em que o colonizador deixou o país, em 1975; a situação de guerra ininterrupta desde essa data; a pirataria de sociedades estrangeiras e de certos países em relação aos recursos e ao comércio angolanos, para além das regras do jogo imperialista clássico (por exemplo, a sobrefacturação dos produtos importados, ou as burlas para a imobilização dos cargueiros no porto); as distorções e as tensões inerentes à estagnação das principais actividades económicas, num contexto internacional dominado pelas leis de mercado e do lucro; os erros de gestão atribuíveis aos responsáveis; e os efeitos cumulativos recíprocos, geralmente chamados de «círculo vicioso», aparecendo sempre com um certo grau de agravamento (por exemplo, a interacção mútua da penúria e da fraca produtividade das empresas)» (p. 105-106). Seguidamente, o autor propõe um quadro sumário da situação, para mostrar como é que as numerosas dificuldades se podem cristalizar num domínio central da vida luandense: o mercado paralelo. Petróleo e penúrias (enunciados alguns aspectos relacionados com os recursos naturais, a agricultura, a vida urbana, a situação financeira), o sector paralelo (questões referentes ao sector informal, e sua caracterização em Luanda, ao dinheiro em circulação e ao poder de compra da população, aos mercados paralelos na cidade, ao Estado e seus agentes) e troca sem fim e não-classe dominante (mecanismos de controlo social sobre a distribuição de riqueza, mercado paralelo e classes sociais), constituem as três partes do trabalho, escrito na sequência de uma missão de cinco semanas, efectuada na Primavera de 1984, no âmbito de acções conjuntas ORSTOM-CNRS.

Transcreverei, sem comentários, algumas afirmações e propostas de A. MORICÉ. «A insegurança reina sobre uma grande parte do território, por motivo da guerra com a República Sul-Africana e da presença do movimento UNITA, que aquela sustenta. Resulta disso que a produção agrícola está desorganizada» (p. 106). «Com efeito, a situação militar (adicionada a outras razões mais comuns) obrigou as cidades a absorverem uma forte corrente migratória positiva, exactamente no momento em que se rarefazia o abastecimento alimentar. É preciso sublinhar que as autoridades jamais procuraram intervir policialmente para se inverter esse fluxo» (p. 107). «A atitude liberal das autoridades favorece que, por efeitos de osmose, os níveis de vida urbana e de vida rural estejam relativamente mais próximos um do outro do que noutros países, e que em Luanda, nomeadamente nos vastos muceques, as condições de existência atinjam um grau extremo de precariedade (sem dúvida, vizinho do dos campos). A população está cansada da guerra e a sua mobilização reduz-se essencialmente à caça quotidiana a que se tem de dedicar para obter bens alimentares. A penúria provoca, além disso, pelos seus efeitos directos e indirectos, um elevado absentismo profissional e uma baixa

produtividade de trabalho. Em Luanda, o abastecimento da população em bens de primeira necessidade não é assegurado pelo sector nacional, juridicamente depositário do monopólio da distribuição. O mercado paralelo, demasiado caro e ao qual as chegadas de mercadorias são aleatórias, quer em quantidade, quer em variedade, não atenuam senão de forma incompleta a penúria» (p. 107). «Deste modo, não só faltam certos bens elementares e eles são objecto de racionamento implacável (sobretudo nas 'lojas do povo'), como ainda outros bens faltam completamente durante períodos mais ou menos longos» (p. 108). «A inflação monetária, ainda que contida artificialmente pela manutenção de uma paridade estável com o dólar, é considerável, em relação à contrapartida em mercadorias (incluído o mercado negro) de que o país dispõe. Esta diferença provoca um desinteresse crescente da população luandense pela unidade de conta, em favor de uma atracção maior pelos bens consumíveis e, portanto, pela troca: a moeda já não funciona como dinheiro senão ao preço de uma desvalorização efectiva permanente. Certamente tal situação não poderá durar longamente. Manteve-se até hoje por dois motivos: por um lado, porque a evasão maciça dos rendimentos do petróleo para os países socialistas (o dólar americano serve para pagar o armamento soviético e a cooperação cubana) desempenha um papel regulador, ao impedir a comparação das moedas com os equivalentes-mercadorias; por outro lado, porque há uma separação unilateral dos dois circuitos monetários internos, o bancário e o paralelo — a moeda é injectada na economia pelo Banco Central, para aí circular, sem jamais haver (ou quase) regresso ao circuito bancário. Uma tal situação poderá, no dia em que o equilíbrio instável assim descrito for rompido, conduzir a medidas impopulares (tanto mais, quanto mais isoladas) — desvalorização e, portanto, reencarecimento do custo de vida, ou mesmo, como sucedeu recentemente na Nigéria, substituição da moeda, com destruição do numerário excedentário de aforro familiar» (p. 108-109).

Da parte referente ao sector paralelo (ou informal), vale a pena reproduzir também algumas afirmações. «Existem em Luanda dois mercados de bens (o oficial e o ilegal), dois mercados de moeda (idem) e dois sistemas de determinação de rendimentos (o nominal e o real, este último subdividido em real legal e real ilegal)» (p. 110). É já um conjunto de onde só por comodidade de exposições se podem separar uns dos outros. O autor passa a referir-se a cinco «recordações de viagem», para exemplificação de vários aspectos. Começa por «um primeiro elemento de surpresa, (que) reside no facto de o dinheiro não faltar em Luanda, mas de ser difícil, inversamente, encontrar em que gastá-lo». Em segundo lugar constata que é precisamente «nos locais onde esse dinheiro poderia ser trocado por bens, isto é, nos mercados ilegais, que os preços, muito elevados, não são susceptíveis de discussão». A sua terceira observação é esta: «a única coisa que não falta em Luanda são os bilhetes de *totobola*...» (p. 111). Uma quarta descoberta se segue: «quando se podem comparar (isto é, quando existem nos dois mercados), os preços dos mesmos bens no circuito oficial e no circuito paralelo estão numa proporção quase constante e comparável à das

taxas de câmbio legal e ilegal das divisas estrangeiras». E, por fim, acrescenta «uma impressão que se impõe rapidamente: mais do que noutro lado, muita gente é paga por uma actividade produtiva muito limitada, senão nula»...; «a nação paga o trabalho sem se enriquecer pelo trabalho (nem por um processo de acumulação capitalista, nem por um processo de acumulação socialista)» (p. 111). Sobre o dinheiro, A. MORICE sublinha de novo a diferença entre a massa monetária e a sua contrapartida material, de que «resulta uma sobreabundância de numérico e uma depreciação do *kwanza*»; e como, oficialmente, no país, este é uma moeda tão forte como o dólar, tinha de haver necessariamente um mercado negro de divisas. Porém, o *kwanza* «uma vez posto em circulação sai do circuito oficial e torna-se, potencialmente, em moeda para o mercado negro e para ser entesourado», cujo valor só se conservará em caso de «acumulação desenfreada de notas» (p. 112). Este fenómeno tem consequências sociais muito importantes: «está na origem da emergência de uma classe de especuladores do mercado negro que, para manter o nível das suas riquezas, se encontra comprometida numa espiral sem fim, que consiste em vender para comprar, e em comprar para vender; e faz também com que, para a maioria do povo, o preço dos produtos não tenha qualquer medida comum com o do seu trabalho» (p. 112).

Neste sentido, o autor procura dar uma ideia das relações entre preços dos produtos mais correntes e valor do trabalho, com exemplos do quotidiano. «Uma unidade de alimentação adquirida no mercado paralelo, por exemplo um ovo, poderá custar a um operário meio-dia de trabalho» (p. 112-113). O salário nominal «é uma ficção completa quanto ao poder de compra que ele contém...»; no mercado paralelo, «quaisquer miseráveis aquisições são suficientes para absorverem um mês inteiro de trabalho», dando como 6000 a 8000 *kwanzas* o salário mensal de um operário e 15 000 a 20 000 *kwanzas* o de um funcionário de escalão elevado. E se, no mercado negro, um ovo poderá custar meio-dia de trabalho de um operário, o valor de uma galinha viva corresponderá a seis de um quadro superior. Uma parte do equilíbrio orçamental familiar é suprida pelo fornecimento de produtos a preços de fábrica, prática que se tornou normal por toda a parte, mas de que beneficiam mais facilmente os quadros. Contudo, isso acaba por introduzir uma «oposição fundamental na sociedade socialista, entre os titulares de emprego e os outros, pondo os primeiros em posição de controlarem a circulação de bens» (p. 114). Outra alínea do artigo é dedicada aos mercados, sobretudo aos mercados paralelos. «Neste imenso espaço comercial, o preço dos produtos que aí chegam perde qualquer medida comum com o seu equivalente oficial em dinheiro; as mercadorias comparam-se quer directamente entre elas, pela permuta, quer por intermédio de uma moeda desvalorizada. Neste modo duplo de fixação do valor está a originalidade do sistema: a dois lugares de troca correspondem dois níveis de preços incomparáveis»... «Considerados no seu conjunto, os mercados paralelos não se reduzem a unidades localizáveis. Constituem uma organização social de troca, mais ou menos formal e visível» (p. 114). Também nesta parte o autor inclui pormenores sobre o funcionamento dos mercados e os mecanismos de vendas a retalho.

Sirva o exemplo de quatro cebolas (geralmente os géneros são apresentados em pequenos «montinhos», ou porções), produto que muitas vezes rareia, puderem custar, em determinado dia, no mercado de S. Paulo, 1000 kwanzas; a correspondência é de 35 dólares para um estrangeiro que tivesse trocado o seu dinheiro no Banco; 1 dólar para o mesmo estrangeiro que tivesse trocado o dinheiro no mercado negro; cerca de cinco dias de trabalho para um operário angolano, reportados ao seu salário nominal; e a fracção de 1 kg de arroz ou de leite em pó (valendo 25 a 50 kwanzas se adquiridos em «loja do povo») para o mesmo operário...

Em «O Estado e os seus agentes» (p. 116-118) a primeira afirmação é de que, «de resto, a atitude das autoridades relativamente ao mercado paralelo é demasiado complexa», traçando mesmo uma lista do que considera como formas de encorajamento, oficial, ao mercado paralelo e ao mercado negro. Por fim são delineados alguns aspectos referentes às «trocas sem fim e não-classe dominante» (p. 118-120), limitando-se o autor a enunciar um certo número de hipóteses que poderão servir de bases para trabalhos futuros: o mercado paralelo apresenta-se, antes de tudo, como uma resposta popular espontânea às carências oficiais e tem um papel regulador na repartição de bens; o mercado paralelo promove uma polarização entre duas classes—os que vendem ou permutam para sobreviver, e aqueles para quem a troca é um fim em si. Caracterizadas as duas classes, o autor chega à conclusão de que a segunda, «que controla de facto a circulação de bens e o turbilhão monetário, não é *uma*: ela define-se antes como uma soma de estratégias individuais; não é portadora de qualquer perspectiva colectiva de acumulação» (p. 119)... «A inutilidade de fortunas acumuladas em dinheiro faz com que uma parte dele esteja retirada da circulação. Tudo isso conduz o especulador a isolar-se do seu meio e a prosseguir uma estratégia individual de reconversão...».

Se estas hipóteses se revelarem verdadeiras, então poderá dizer-se que as actividades paralelas com fins de enriquecimento agirão mais no sentido de uma dissolução dos tecidos sociais urbanos do que no do seu reforço. Apenas um inquérito sistemático poderá permitir conhecer os mecanismos da redistribuição social no seio da classe pobre, em particular entre os que não têm salário e os migrantes recentes: na ausência de sector informal visível, seria interessante identificar por que canais intervém a solidariedade entre grupos.

ILÍDIO DO AMARAL